

**O ESTADO DE SÃO PAULO E A DEPOSIÇÃO DO  
PRESIDENTE GOULART (1964): UM ESTUDO SOBRE AS  
PECULIARIDADES DO LIBERALISMO NO BRASIL \***

André de Faria Pereira Neto\*\*

O jornal *O Estado de São Paulo*, muitas vezes chamado *Estadão*, é um dos órgãos da grande imprensa brasileira de mais longa presença na vida política nacional.

Criado em 1875, o então jornal *A Província de São Paulo* nasce como defensor dos ideais republicanos e abolicionistas. Em 1885, Júlio de Mesquita entra para o jornal assumindo sua direção, poucos anos mais tarde. Desde então, esta família paulista manteve-se na direção deste tradicional órgão da imprensa brasileira. Com os Mesquita à frente, o *Estadão* intervém, com sua opinião sempre contundente, nos principais acontecimentos que marcaram a História do Brasil Republicano<sup>1</sup>.

Paulo Sérgio Pinheiro, prefaciando a obra de Capelato e Prado<sup>2</sup>, considera que, por vezes, as funções exercidas por partidos políticos podem ser desempenhadas por um órgão da grande imprensa. Se for este o caso, o periódico exerce o papel de força dirigente, reconhecida pelo público e superior aos partidos políticos propriamente ditos. Este parece ter sido o caso do *Estadão*. Além disso, o pensamento político deste jornal pode ser caracterizado como *liberal*. Esta é a visão que Capelato e Prado apresentam quando analisam o papel desempenhado pelo periódico entre

---

\* Este trabalho é fruto de minha dissertação de Mestrado em História intitulada - **État de São Paulo et la crise du populism au Brésil** - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine – Université de la Sorbone (1985).

\*\* Historiador, Doutor em Saúde Coletiva (IMS/1997) Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz - Av. Brasil 4036 / 401. Manguinhos. Cep, 21040 - 361 Rio de Janeiro - R.J. Fone/Fax, 590 34 89 - email, pereiraneto@hotmail.com.

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

<sup>2</sup> CAPELATO, M. Helena e PRADO, M. Lúcia. **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia, O Estado de São Paulo**. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1980.

1927 e 1937. Segundo as autoras, as idéias do *Estadão* “compõem a doutrina liberal à experiência prática de outros países”<sup>3</sup>.

Acompanhando parte das inquietações que orientaram os trabalhos de Capelato e Prado resolvemos desenvolver uma pesquisa que analisasse as posições políticas assumidas pelo jornal *O Estado de São Paulo* durante a crise final no Governo João Goulart, compreendida entre os meses de março e abril de 1964, que levou à sua deposição e à ascensão do Governo Militar.

Esta escolha foi motivada, por um lado, pelo que a pesquisa pode contribuir para a reflexão sobre as peculiaridades do pensamento liberal no Brasil. Por outro lado, este artigo pode introduzir uma nova dimensão à produção historiográfica que analisa as razões do sucesso do movimento militar de 1964.

Assim sendo, este artigo será dividido em três partes.

Na primeira, faremos uma breve caracterização do liberalismo clássico e de seu desenvolvimento no Brasil, acentuando suas peculiaridades e seu lugar. Na Segunda, apresentaremos algumas das principais interpretações historiográficas para o sucesso do movimento militar de 1964. Na terceira, analisaremos de que maneira o princípio liberal de preservação da lei, em oposição ao ilimitado despotismo, tomou forma nos editoriais deste periódico, durante os meses de março e abril de 1964. Faremos, ainda, algumas considerações sobre o papel político e ideológico que a jornal *O Estado der São Paulo* desempenhou na crise final que levou à deposição do presidente Goulart.

### Notas sobre o Liberalismo

Ser *liberal*. O que significa esta expressão? No senso comum, uma atitude liberal é considerada tolerante, aberta e o profissional liberal é aquele que determina o valor de seu próprio trabalho. E o *liberalismo* como fenômeno político? Que significado tem este conceito? Matteucci<sup>4</sup> admite ser penoso estabelecer *uma* definição a respeito deste conceito.

Esta dificuldade é decorrente, no seu entender, do fato do liberalismo ter se manifestado em realidades e momentos históricos distintos. Daí ser difícil estabelecer um momento e um lugar *tipicamente* liberal. No nosso entender, Matteucci tem razão. Para reforçar seu argumento poderíamos nos referir à experiências históricas díspares, todas caracteri-

<sup>3</sup> *Idem*, p.23

<sup>4</sup> MATTEUCCI, Nicola. “Liberalismo” In BOBBIO, N. (Org.) **Dicionário de Política**, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

zadas igualmente como *liberais*, como a Revolução Gloriosa (1688/1689), a Revolução Francesa (1789) ou mesmo a Revolução Russa (1905). Assim, o *liberalismo* configurou-se de maneira diversa, conforme a realidade histórica em que se inseriu. Em cada um desses casos, a fisionomia que o *liberalismo* assumiu foi fruto dos embates travados entre as tradições culturais e os problemas políticos específicos de cada realidade histórica.

Matteucci enfatiza, ainda, o fato do conceito poder se referir tanto à um partido político, ideologia, movimento quanto a uma estrutura institucional. Ele enuncia que, por vezes, um partido ou movimento denominado *liberal*, não faz justiça a esta adjetivação, enquanto outros partidos ou movimentos, que não portam esta *grife*, implementam uma prática política que aproxima-se desta referência.

Não obstante, as relevantes considerações feitas por Matteucci, existe no pensamento liberal clássico, de matriz européia, a crença nas leis como soberanas sobre todo tipo de despotismo. O liberalismo foi um movimento que buscou assegurar que o povo, como um todo, não ficasse sujeito a um governo arbitrário. A vida do homem moderno, desde sua dimensão mais íntima até sua inserção no mundo da política, passou a ser protegida e regulada por uma lei. Para o pensamento liberal esta lei não seria fruto da vontade de um indivíduo ou de um grupo social. Ela seria consequência de um processo político legitimado pelo conjunto da sociedade. O cidadão ou seu representante seria convidado à participar deste processo. A ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’ (1789), promulgada durante a Revolução Francesa traduz, de maneira exemplar, a importância do princípio da lei como regulador da vida do cidadão.

Quatro, dos dezoito artigos desta Declaração fazem referência explícita ao significado e poder das leis na vida do cidadão moderno. Um dos artigos prevê que a lei determine tudo que o cidadão pode e não pode fazer (Art. V). Todo o tipo de arbitrariedade à privacidade humana é condenada na medida em que o cidadão só pode ser detido nos casos prescritos por lei (Art. VII e VIII). Além disso, a lei, sendo expressão da *vontade geral*, deve ser promulgada em fórum legítimo e reconhecido pela sociedade. Para tanto, “todos os cidadãos tem direito de concorrer pessoalmente, ou por seus representantes, à sua formação” (Art. VI). O homem pode fazer tudo, contanto que a lei permita ou não proíba. O homem pode participar, individualmente ou pela via representativa, da elaboração da lei. A *vontade geral* confere, à lei, sua legitimidade política. A lei preserva a inviolabilidade dos lares e das individualidades. Segundo esta Decla-

ração, ninguém pode ser detido de forma indiscriminada, a não ser que uma lei, estabelecida antes do delito, for promulgada.

A preservação da Lei. A vida social regida por Leis. Este será o aspecto analisado ao lermos os editoriais do jornal O Estado de São Paulo nos meses de Março e Abril de 1964. Vejamos anteriormente, de maneira sumária, como se desenvolveu o liberalismo no Brasil.

### O Liberalismo no Brasil

Paim<sup>5</sup> estabeleceu, em sua obra, ‘três grandes ciclos’ para a História do Liberalismo no Brasil que reproduziremos de forma livre, amparados em literatura especializada complementar.

Para ele, o primeiro ciclo inicia-se no século XIX e termina com a consolidação da ‘Revolução de 1930’. Em sua gênese, o pensamento liberal brasileiro foi muito eclético, tendo sido influenciado pelo darwinismo social e pelas idéias positivistas<sup>6</sup>. Diferentes tendências políticas republicanas, seguiram seus princípios, muitas vezes utilizados na luta pela abolição da escravatura e pela descentralização federativa. Durante a ‘República Velha’ os liberais pregaram, contraditoriamente, o protecionismo estatal sobre a produção agrícola e industrial. Para Santos<sup>7</sup> o liberalismo assumiu este contorno na medida em que assentou-se sobre uma sociedade fortemente não-liberal. Além disso, ele foi apropriado, inicialmente, pelas elites agrárias, em especial os cafeicultores do centro-sul, que chegavam ao poder com a proclamação da República. Cabe lembrar que o liberalismo, de matriz européia foi protagonizado pelas classes burguesas com interesses urbanos e industriais.

O segundo ciclo desenvolve-se, segundo Paim, ao longo dos Governos Vargas (1930/1945). Neste contexto, os defensores do liberalismo revelaram-se fiéis a uma agenda que contemplasse, ao mesmo tempo, alguns primados do liberalismo de matriz européia, acompanhados por elementos contrários a seus princípios. O autoritarismo e o elitismo parecem compor a outra face da moeda do liberalismo brasileiro. Aos poucos esta face tornou-se cada vez mais forte. Os liberais passam a defender

---

<sup>5</sup> PAIM, Antônio. “Os grandes ciclos do liberalismo Brasileiro” In *Convivium*, vol. 26, nº 1, jan/fev. 1987, pp. 11-16.

<sup>6</sup> COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

<sup>7</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A praxis Liberal no Brasil, propostas para reflexão e pesquisa” In *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

formalmente que apenas a elite, intelectualmente qualificada, assumisse a direção da coisa pública. Para eles, a sociedade não teria capacidade de se autogovernar. A cidadania popular passa a ser comparada à anarquia e à desordem. Os Governos Vargas (1930/1945) assinalam a consolidação política da vertente autoritária do pensamento liberal brasileiro, manifesta através da dificuldade de conceber a mudança social dentro dos marcos da democracia. Assim o pensamento liberal brasileiro foi abandonando os princípios da representação e as propostas de reforma social, difundidas pela matriz liberal europeia, e foi passando a pregar o golpe político com via para atingir o poder.

Finalmente, para Paim o terceiro *ciclo* inicia-se com o fim da Segunda Guerra Mundial. Ele foi dividido pelo autor em duas fases: A primeira vai até a década de 1960. A segunda tem início na década de 1970 e estende-se até os dias de hoje. Esta inflexão é justificada nas alterações políticas ocorridas em 1964.

Na primeira fase (1945/1970), os liberais brasileiros implementariam um 'autoritarismo instrumental'<sup>8</sup>. O liberalismo parecia cada vez menos capaz de adaptar-se a uma sociedade não liberal como a nossa. O anti-varguismo e o combate ao socialismo conferiram certa unidade aos liberais no Brasil, nesta fase. Com isso o liberalismo afastou-se ainda mais da área social, tida como patrimônio de Vargas e seus seguidores. O liberalismo brasileiro tornou-se, ainda mais, distinto de sua matriz europeia na medida em que estabeleceu ligações com o catolicismo. A pregação golpista tornou-se aos poucos outro ponto de convergência dos ideais liberais no Brasil nesta fase Varguista. Benevides<sup>9</sup> considera a 'União Democrática Nacional' (UDN), um partido político ao mesmo tempo 'progressista' e 'conservador'. Progressista, pois se opunha à Ditadura Varguista. Conservador, pois propunha um regime político excludente socialmente.

Além disso, os liberais apresentavam, sistematicamente, meios não liberais de atingir o poder. Para Souza<sup>10</sup> a Constituição de 1946 traduz este 'liberalismo híbrido': Por um lado a Constituição institucionaliza partidos nacionais, eleições livres e Congresso com poder político e por outro mantinha os sindicatos controlados pelo Estado e toda uma máquina pública patrimonialista.

---

<sup>8</sup> *Idem*, p.92.

<sup>9</sup> BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>10</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)**. São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

Na segunda fase do terceiro *ciclo*, identificados por Paim<sup>11</sup>, inicia-se no Brasil, na década de 1970, quando floresce o denominado *neo-liberalismo*. Com ele, despontam pensadores liberais como Reale<sup>12</sup>, Merquior<sup>13</sup> e Campos<sup>14</sup> e partidos políticos como o Partido Liberal (PL) e o Partido da Frente Liberal (PFL). As vitórias dos liberais nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha e a queda dos regimes políticos do leste europeu, nos anos 1980, deram ainda maior impulso às teses contrárias à intervenção estatal na economia e favoráveis ao império do livre mercado.

Para os objetivos que regem este trabalho cabe ressaltar, então, que o pensamento liberal no Brasil da década de 1960 foi um caldeamento de tendências díspares e por vezes antagônicas à matriz liberal clássica européia. Diante da análise feita por Paim, alguns pontos merecem ênfase. Por um lado, o liberalismo brasileiro assentou-se sobre uma sociedade fortemente não-liberal. No Brasil ele foi protagonizado pela tradicional elite agrária avessa à soberania do voto e à participação igualitária dos cidadãos no processo decisório. Elitistas e excludentes. Autoritários e prepotentes. Golpistas. Para o liberalismo brasileiro dos anos 60, a questão social continuava sendo coisa de polícia e não arte e habilidade da política. A obstinada oposição a Vargas e a seus seguidores reais e virtuais parece configurar um certo amálgama dos diferentes *liberalismos* presentes no interior do liberalismo brasileiro dos anos 60. Além disso, as reformas sociais não estavam incluídas na agenda liberal republicana. Estes talvez sejam alguns dos principais traços que configuram o perfil do pensamento liberal brasileiro às vésperas do movimento militar que depôs o Presidente da República, constitucionalmente eleito.

### **Balanço Historigráfico sobre o Golpe de 1964**

Diversas foram as interpretações para o sucesso do movimento militar que depôs o Presidente João Goulart, em março de 1964. Elas podem ser divididas em dois grandes blocos. No primeiro, encontram-se as obras biográficas, auto-biográficas, jornalísticas e documentais. No segundo, identificamos trabalhos que buscam dar uma explicação para as causas, os objetivos e as conseqüências do Movimento Militar de 1964.

Vejamos com mais vagar cada um dos dois blocos.

---

<sup>11</sup> PAIM, Antônio. “Os grandes ciclos do liberalismo Brasileiro”, pp. 11-16.

<sup>12</sup> REALE, Miguel. **Pluralismo e Liberdade**. São Paulo, Saraiva, 1963.

<sup>13</sup> MERQUIOR, José Guilherme. **O Argumento Liberal**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

<sup>14</sup> CAMPOS, Roberto. **Além do Cotidiano**. Rio de Janeiro, Record, 1985.

No primeiro, encontramos biografias e auto-biografias de atores que desempenharam um papel decisivo nos acontecimentos como Arraes<sup>15</sup>, Julião<sup>16</sup>, Marighela<sup>17</sup>, por um lado, e Almeida<sup>18</sup>, Lacerda<sup>19</sup> por outro. Além disso, Dimas Filho<sup>20</sup> fez uma biografia do Marechal Costa e Silva que merece menção. Podem ser incluídas ainda neste grupo obras que reúnem artigos publicados na imprensa no decorrer dos acontecimentos como Schmidt<sup>21</sup>, Figueiredo<sup>22</sup>, Stacchini<sup>23</sup>, Cony<sup>24</sup> e Castelo Branco<sup>25</sup> entre outras. Estes depoimentos jornalísticos guardam seu valor enquanto documentos de época produzidos no calor dos acontecimentos, por alguns cronistas de época.

O segundo grupo pode ser dividido em algumas vertentes interpretativas que se diferenciam pela ênfase explicativa que dão a determinados aspectos que justificam e explicam o sucesso do movimento militar de 1964.

Por uma lado, há autores como Morel<sup>26</sup> e Toledo<sup>27</sup> que destacam o papel que as forças armadas e a inteligência norte americanas desempenharam na crise do Governo Goulart. Para Toledo, por exemplo, “O Governo Goulart (1961/1964) nasceu, conviveu e morreu sob o signo do Golpe de Estado”<sup>28</sup>.

---

<sup>15</sup> ARRAES, Miguel. **Palavras de Arraes, textos de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

<sup>16</sup> JULIÃO, Francisco. **Até Quarta, Isabela**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

<sup>17</sup> MARIGHELA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. Rio de Janeiro, Edições contemporâneas, 1965.

<sup>18</sup> ALMEIDA, J. A. **A Revolução de 31 de março, 2º Aniversário - colaboração do Exército**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966;

<sup>19</sup> LACERDA, Carlos. **O poder das idéias**. Rio de Janeiro, Record, 1965.

<sup>20</sup> DIMAS FILHO, N. **Costa e Silva, O Homem e o Líder**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1966.

<sup>21</sup> SCHMIDT, A. F. **Prelúdio à Revolução**. Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964.

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, W. **Os idos de Março e a queda de Abril**. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.

<sup>23</sup> STACCHINI, J. **Março de 1964, Mobilização da audácia**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

<sup>24</sup> CONY, C. **O Ato e o Fato, crônicas políticas**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.

<sup>25</sup> CASTELO BRANCO, Carlos. **Introdução à Revolução de 1964. A queda de João Goulart**. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

<sup>26</sup> MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

<sup>27</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo, Brasiliense, 1982. Coleção “Tudo é História” N° 48.

<sup>28</sup> *Idem*, p.7.

Por outro lado Weffort<sup>29</sup>, e Ianni<sup>30</sup> analisaram a crise que levou a esta deposição como *estrutural*, pois alterou o modelo de dominação política no País. O *populismo*, enquanto modelo de relação do Estado com as massas urbanas teria entrado, em fins de março, em *crise* ou *colapso*. O período ‘populista’, iniciado em 1930, finda, no entender de Weffort e Ianni, em 1964 com a queda do Presidente Goulart e a instalação de um Regime Militar. Durante estes trinta e quatro anos diversas crises políticas e institucionais se evidenciaram. Uma das mais graves levou ao suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 1954, outra depôs Goulart. Assim, 1964 marca o momento de intensificação de alguns dos impasses e conflitos esboçados a partir de 1930<sup>31</sup>. Para estes autores, durante o ano de 1964, ocorre uma polarização política e ideológica no Brasil, de dimensões inéditas e com características singulares.

Dreifuss<sup>32</sup> parece ter produzido uma das obras mais completas sobre a temática. Ele integra, em sua visão, elementos próprios a cada uma das duas correntes interpretativas apresentadas anteriormente. Neste sentido, o autor enfatiza o lado conjuntural e o estrutural. Por um lado, ele enfatiza a presença física, financeira e militar dos Estados Unidos e a mobilização conspirativa de grupamentos militares, no decorrer dos acontecimentos. Por outro lado, analisa as alterações que o modelo de dominação política do Estado sobre a sociedade sofreu em 1964. A ênfase de Dreifuss localiza-se, sobretudo, na análise da organização e intervenção *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES) que manteve a mesma filosofia de atuação do ‘Instituto Brasileiros de Ação Democrática’ (IBAD) que o antecedeu<sup>33</sup>. Segundo Dreifuss, a internacionalização da economia, para ser implementada no Brasil, encontrava nas ‘Reformas de Base’, idealizadas pelo Presidente Goulart, obstáculo sério a ser transposto.

Apesar da ascendência dos interesses multinacionais, o autor não identifica no IPES um monopólio ideológico e político. Ele assinala que o Instituto aglutinou um conjunto de forças políticas heterogêneas contrá-

---

<sup>29</sup> WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

<sup>30</sup> IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>31</sup> DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil 30/45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

<sup>32</sup> DREIFUSS, Renè A. **1964, A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, Vozes, 1981.

<sup>33</sup> DUTRA, Eloy. **IBAD - sigla de corrupção**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

rias às iniciativas reformistas e nacionalizantes almeçadas por Goulart. Segundo Dreifuss, o IPES coordenou ações distintas e complementares em três direções: Por um lado, ele destaca os Escritórios de Consultoria Técnica-Empresarial, que visavam conscientizar os empresários da necessidade do Planejamento, Perícia Técnica e Administração Eficiente para o sucesso de seus empreendimentos<sup>34</sup>. Por outro lado, Dreifuss enfatiza a peculiaridade das *Associações de Classe* por atuarem politicamente, de forma não corporativa, em prol dos interesses multinacionais e seus associados. Finalmente, ele descreve a organização dos *Grupos de Ação Política e Ideológica*, criados para formar e mobilizar a opinião pública no parlamento e nos meios de comunicação.

No Congresso Nacional, os *Grupos de Ação Política e Ideológica* coordenavam a atuação da Ação Democrática Parlamentar (ADP). A ADP foi uma verdadeira frente política, composta por deputados e senadores oriundos de diferentes partidos políticos que se opunham à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que apoiava as iniciativas reformistas de Goulart<sup>35</sup>.

No segundo caso, Dreifuss identifica a presença do IPES junto a várias empresas e programas de imprensa escrita, falada e televisiva. O jornal *O Estado de São Paulo* foi um dos que, mais intimamente, esteve ligado à elite orgânica do IPES. O autor cita os programas de rádio e televisão e os empresários dos meios de comunicação envolvidos, realizando uma verdadeira devassa nos bastidores do IPES. Sua análise do sucesso do Movimento Militar de 1964 nos pareceu um tanto conspirativa. Faltou a seu trabalho uma análise do conteúdo discursivo de uma destas agências formadoras de opinião. A análise dos editoriais do *Estado de São Paulo* nos meses de março e abril de 1964 busca suprir, ainda que parcialmente, esta lacuna.

### A Lei como retórica liberal

Depois de termos feito uma leitura e análise dos editoriais do *Estado de São Paulo* nos meses de Março e Abril de 1964, identificamos três momentos que caracterizam a oscilação por que passou a retórica liberal de defesa da soberania das leis, naquele periódico. O primeiro

<sup>34</sup> HASENBALD, C. e BRIGADÃO, C. “Formação do empresariado financeiro no Brasil”. In **Dados**, (8) 81,4 - Rio de Janeiro, IUPERJ, 1971.

<sup>35</sup> CAMARGO, Aspásia. “A questão Agrária, Crise de Poder e Reformas de Base” In FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Republicano**, vol. 10. São Paulo, Difel, 1981.

relaciona-se com a análise feita pelo *Estadão* sobre a manifestação pró-reformas de base, liderada pelo Presidente Goulart, realizada no dia 13 de março de 1964. A ilegalidade do local de sua realização foi ressaltada. No segundo caso trata-se da manifestação anti-reformas protagonizada pela ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’. Esta manifestação foi tida como legítima por ter sido realizada ‘dentro dos limites da lei’. Nos dois primeiros momentos a defesa da soberania da lei foi reiterada. No terceiro momento, com o movimento militar vitorioso, não se tratava mais de respeitar a lei, mesmo que outorgada por militares ou por um Congresso submetido à rígida censura. O ‘autoritarismo instrumental’ prevaleceu sobre a liberalismo apegado ao legalismo formal. Vejamos, com mais detalhes, cada um desses três momentos.

### O Comício da Central

*É fora da lei (grifo nosso) que S. Ex.a. pretende agir, numa demonstração de que não reconhece limites as suas fantasias<sup>36</sup>. (sic)*

No dia 13 de março de 1964, o Presidente Goulart liderou um comício pró-reformas, junto a maior estação de trens do Rio de Janeiro. O argumento da ilegalidade deste ato, utilizado pelo *Estadão*, baseia-se no fato do local, onde o comício foi realizado, não ser permitido por lei. Esta estação ferroviária localiza-se ao lado do Ministério do Exército. A retórica liberal do periódico ampara-se, portanto, em um dos artigos presentes na ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’, promulgada em 1789 no decorrer da Revolução Francesa que proclama: “Tudo que não for defendido pela Lei não pode ser impedido e ninguém pode ser obrigado a fazer algo que ela não ordene”<sup>37</sup>.

Para o *Estado de São Paulo*, o país vivia um momento de “aprensão e preocupação pelo que pode acontecer, uma vez que tudo na atitude do Presidente da República fere a Constituição”<sup>38</sup>. O título do editorial do dia 13 é significativo neste sentido: “O Presidente fora da Lei”. Assim,

<sup>36</sup> *O Estado de São Paulo*, 13 de março de 1964, pág. 3.

<sup>37</sup> Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Artigo V.

<sup>38</sup> *O Estado de São Paulo*, 13 de março de 1964, pág. 3.

o princípio liberal da lei, como um limite a qualquer tipo de despotismo, foi resgatado, neste primeiro momento. Para transformar o contexto ainda mais passível de apreensões e preocupações por parte do cidadão comum, o jornal estabeleceu várias estratégias de desmoralização do Presidente Goulart. Por vezes, ele era associado a Vargas, chegando a ser considerado “discípulo dileto do ditador morto”<sup>39</sup>. Outras vezes, o Presidente era considerado alguém que “funciona como instrumentos das forças ao serviço da subversão”<sup>40</sup> ou ainda que “inspirava confiança para execução do vasto programa das esquerdas no Brasil”<sup>41</sup>. *O Estado de São Paulo* exerceu, portanto, um papel relevante na construção de uma imagem negativa do ex-presidente. O anti-varguismo e o anticomunismo que foram amálgamas do pensamento liberal dos anos 60 aparecem aqui de forma explícita.

#### A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Fortalecidos pela convicção de que nos achamos dentro da **lei** (grifo nosso) e de nunca ultrapassarmos seus limites, esperamos tranqüilamente o embate<sup>42</sup>.

A ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ organizou-se na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo tomadas pelo Presidente Goulart e em resposta ao comício realizado no dia 13 na Central do Brasil. O trecho acima foi publicado dois dias depois da *Marcha*. Nesta oportunidade o *Estado de São Paulo* considerava a constituição *ameaçada* e o *embate* próximo.

Esta expectativa de confronto, poucos dias antes de iniciar-se o movimento militar de 31 de março, permite que concordemos com Dreifuss quando identifica o envolvimento do *Estado de São Paulo* com a conspiração militar/empresarial, gerenciada pelo complexo IPES/IBAD. Por outro lado, o *Estadão* reitera a convicção liberal de estar *dentro da lei*. Se o jornal afirma que está neste lugar ele está, ao mesmo tempo, aceitando a idéia de que o Governo Goulart não esteja. Ao mesmo tempo, ao anunciar o *embate*, o periódico admite a possibilidade de que estes limites sejam ultrapassados.

---

<sup>39</sup> *Idem*, 2 de abril de 1964, pág. 3.

<sup>40</sup> *Ibidem*, 10 de março de 1964, pág. 3.

<sup>41</sup> *Ibidem*, 17 de março de 1964, pág. 3.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 21 de março de 1964, pág.3.

Para o *Estado de São Paulo* havia também outra diferença a ser ressaltada entre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e o *Comício da Central*. Com Goulart estavam “gentes dos morros”<sup>43</sup> com a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, não.

A multidão desta vez composta de brasileiros profundamente cômicos de seus deveres e obrigações, brasileiros que, por seu passado, já soberbamente demonstraram a sua capacidade na construção da mais formosa parcela da economia nacional e da mais alta expressão da cultura brasileira<sup>44</sup>.

O elitismo parece integrar o cardápio eclético do pensamento liberal presente nos editoriais do *Estado de São Paulo*. Neste sentido, o periódico não se afasta da tradição liberal brasileira republicana da primeira fase do terceiro *ciclo* apresentada por Paim<sup>45</sup>. O direito dos analfabetos à cidadania política, que estava em pauta no Congresso Nacional, por exemplo, era visto pelo periódico como uma inversão da Constituição que “considera as elites cultas como elemento predominante na vida política da nação”<sup>46</sup>. Esta tese fundamentava-se na convicção de que o povo jamais seria politicamente responsável. Como sabemos, no Brasil o contato com a cultura letrada está intimamente vinculado ao poder econômico do indivíduo. O acesso e permanência na escola guarda íntima relação com o poder aquisitivo da família do jovem estudante. A taxa de analfabetismo, tanto nos anos 60 como agora, atinge um grande número de brasileiros que, em sua maioria, se encontram em situação econômica profundamente desfavorável. A valorização das elites cultas, desqualificar a participação política dos analfabetos, nega o direito de inserção na esfera política aos segmentos sociais menos favorecidos.

Assim tendemos a concordar com Benevides quando afirma:

O *Estado de São Paulo*, além da tradição antigetulista, expressa aquilo que poderia significar o liberalismo restrito aos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições presentes na retórica udenista: a denúncia da irresistível tendência das massas para a ‘pulha’, /.../ a defesa dos proprietários rurais, /.../ a condenação da hegemonia estatal na economia, a defesa da intervenção ‘salvadora’ das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas

<sup>43</sup> *Ibidem*, 21 de março de 1964, pág. 3.

<sup>44</sup> *Ibidem*, 21 de março de 1964, pág. 3.

<sup>45</sup> PAIM, Antônio. “Os grandes ciclos do liberalismo Brasileiro”, pp. 11-16.

<sup>46</sup> *O Estado de São Paulo*. 17 de março de 1964, pág. 3.

dos estados de exceção, e a ambígua representação das aspirações das classes médias na mitificação de seus temores de proletarização<sup>47</sup>.

Assim, mais uma vez, o liberalismo do jornal aproxima-se da democracia socialmente excludente que caracterizou o pensamento liberal brasileiro dos anos 60.

#### Conselhos para Castelo Branco

Que o Presidente Castelo Branco (...) não perca de vista que a segurança e o futuro de nossas instituições democráticas estão menos *na legalidade formal* (grifo nosso) que imediatamente lhes dermos do que na decisão e na energia com que a protegermos agora<sup>48</sup>.

O terceiro trecho que selecionamos foi publicado no *Estado de São Paulo* no dia 19 de abril de 1964. Ele se situa no momento pós-Golpe Militar. De 1964 até 1969, o país viveu sob um contexto de excepcionalidade constitucional, sendo regido por 17 Atos Institucionais e 104 Atos Complementares. O primeiro Ato Institucional (AI) foi outorgado no dia 9 de abril de 1964. Em seu preâmbulo, o AI-1 afirmava que a ‘Conselho Supremo da Revolução’, composto pelos chefes da três armas, encontrava-se investido de ‘poder constituinte’. Por esta razão o Congresso deveria acatar e legitimar tais deliberações. O AI-1 concedia ainda o poder a este Conselho de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por 10 anos e demitir funcionários públicos que ‘atentassem contra a segurança do país’. Determinava ainda que em dois dias seriam realizadas eleições indiretas para Presidente da República, com mandato de dois anos. No dia 10 de abril foi publicada a primeira lista de cassados contendo 102 nomes. No dia 11 de abril o Congresso Nacional ratificou as deliberações do AI-1 e elegeu como Presidente: General Humberto de Alencar Castelo Branco - Chefe do Estado Maior do Exército. No dia 14 de abril foi divulgada nova lista de cassados com 91 nomes.

No dia 15 de abril Castelo Branco tomou posse da Presidência da República. Dois dias depois o mandato do Presidente, previsto para encerrar-se em 1966, foi prorrogado para 1967. Este adiamento desagradou alguns civis que haviam apoiado o movimento militar, mas contavam com as eleições para concorrer à presidência. Entre estes destaca-se Carlos Lacerda. Nesta conjuntura de excepcionalidade constitucional, a posição política do *Estadão*, expressa no editorial do dia 19 de abril, demons-

<sup>47</sup> BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o Udenismo*, p. 237

<sup>48</sup> *O Estado de São Paulo*, 19 de abril de 1964, pág. 3.

tra por um lado sua permanente autonomia política em relação a partidos políticos e, por outro lado, revela a permeabilidade de seu discurso liberal. Se aquele momento foi caracterizado por iniciativas contestáveis do ponto de vista jurídico, isso para o *Estadão* pouco importava. O periódico abandona o primado liberal da soberania das leis, propõe o abandono da *legalidade formal* e sugere mais *energia* ao General-Presidente, recém empossado. Os 195 nomes que compunham as duas listas de cassados pareciam ainda insuficientes para o *Estado de São Paulo*. O poder de pressão do periódico deve ter exercido alguma função. Em vez de arrefecer sua face autoritária e ilegal, o Governo Militar recrudesciu. Castelo Branco, no ano de 1964, chegou a cassar 3.500 pessoas e instaurou centenas de Inquéritos Administrativos Policiais e Militares (IPM) para apurar ‘as atividades comunistas no Brasil’.

### Considerações Finais

Apontar a presença do conservadorismo, do elitismo e do autoritarismo no discurso presente no *Estado de São Paulo* não permite que cheguemos à conclusão de que este periódico não era liberal. Ser conservador, elitista e autoritário traduz uma peculiaridade do liberalismo brasileiro de que o *Estado de São Paulo* se constitui em um paradigma. Rejeitar e transigir com os princípios liberais clássicos parecer ser uma característica marcante do pensamento liberal brasileiro.

O papel desempenhado pelo *Estadão* no momento decisivo da crise do Governo Goulart conferiu a este periódico expressivo significado. Quando foi necessário, transformou Goulart num *promotor de desordem*, numa *ameaça* à Democracia. Quando foi o caso, exigiu maior *energia* e *pulso forte* das autoridades. O Golpe Militar se tornou legítimo por derrubar um Governo tido como ilegal. Assumindo o poder, a legitimidade estava assegurada pelo ‘Governo revolucionário’ e não mais pelo formalismo das leis.

O papel do *Estadão* como formador de opinião pública na crise de 1964 ainda não havia sido objeto de análise histórica. Este artigo, apesar de basear-se num corpo empírico reduzido traduz este esforço intelectual.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- STACCHINI, J. **Março de 1964: Mobilização da audácia**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.
- ALMEIDA, J. A. **A Revolução de 31 de março: 2º Aniversário - colaboração do Exército**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.
- ARRAES, Miguel. **Palavras de Arraes: textos de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- CAMARGO, Aspásia. "A questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base" *In* FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Republicano**, vol. 10 São Paulo, Difel, 1981.
- CAMPOS, Roberto. **Além do Cotidiano**. Rio de Janeiro, Record, 1985.
- CAPELATO, M. Helena e PRADO, M. Lígia. **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O Estado de São Paulo**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1980.
- CASTELO BRANCO, Carlos. **Introdução à Revolução de 1964. A queda de João Goulart**. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- CONY, C. Heitor. **O Ato e o Fato: crônicas políticas**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- DIMAS FILHO, N. **Costa e Silva: O Homem e o Líder**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1966.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil 30/45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DREIFUSS, Renè A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUTRA, Eloy. **IBAD - sigla de corrupção**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- FIGUEIREDO, W. **Os idos de Março e a queda de Abril**. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.
- HASENBALD, C. e BRIGADÃO, C. "Formação do empresariado financeiro no Brasil" *In* **Dados**, (8) 81:4 - Rio de Janeiro, IUPERJ, 1971.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

- JULIÃO, Francisco. **Até Quarta, Isabela**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- LACERDA, Carlos. **O poder das idéias**. Rio de Janeiro, Record, 1965.
- MARIGHELA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. Rio de Janeiro, Edições Contemporâneas, 1965.
- MATTEUCCI, Nicola. "Liberalismo" In BOBBIO, N. (org.) **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O Argumento Liberal**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.
- MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- PAIM, Antônio. "Os grandes ciclos do liberalismo Brasileiro" In **Convivium**, vol. 26, n.º 1, jan/fev. 1987, pp. 11-16.
- PEREIRA NETO, André de Faria. **État de São Paulo et la crise du populism au Brésil** - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine - Université de la Sorbonne, 1985.
- REALE, Miguel. **Pluralismo e Liberdade**. São Paulo, Saraiva, 1963.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A praxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa" In **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**, São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SCHMIDT, A. F. **Prelúdio à Revolução**. Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964.
- SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo, Brasiliense, 1982. Coleção "Tudo é História" n.º 48.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

## RESUMO

**‘O Estado de São Paulo’ e a deposição do Presidente Goulart (1964): Um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil**

O artigo analisa o discurso liberal presente nos editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* durante a crise final do Governo João Goulart e a implantação do Governo Militar (1964). Ele caracteriza o liberalismo desenvolvido no Brasil e investiga como o princípio liberal de preservação da lei tomou forma neste periódico, naquele contexto histórico. O artigo mostra semelhanças e diferenças entre o liberalismo nacional, impresso no *Estadão*, e o liberalismo clássico, de matriz européia.

Palavras Chave: Pensamento Liberal Brasileiro, Imprensa e História, História do Brasil

## ABSTRACT

**‘O Estado de São Paulo’ and the overthrow of Presidente Goulart (1964): A study about the liberalism in Brazil**

The article analyzes the liberal discourse in the editorials of the *Estado de São Paulo* – a Brazilian daily newspaper during the final crisis of President Joao Goulart’s administration and the installation of the military rule (1964). The article characterizes the brand of liberalism developed in Brazil, and inquires into how, in that historical context, the liberal principle of preservation of the law took shape in this daily publication. The article shows the similarities and differences between the home-brand liberalism as published in *Estado de São Paulo* and the classical liberalism of European origin.

Key Words: Liberal Brazilian Thought, The Press and History, History of Brazil